

Europa Social, Europa Legítima: fronteiras internas e externas*

*Alain Lipietz***

Nove de novembro de 1989. A alegria de uma libertação, a da Europa do Leste, o fim do confronto Leste-Oeste.

Fevereiro de 1991. O horror de uma guerra da boa consciência, a da superioridade esmagadora do Norte contra um país do Sul, dirigido por um ditador.

Verão de 1991. A Iugoslávia explode, depois a URSS, a Europa divide-se. A polícia italiana reprime um êxodo de refugiados albaneses com tão pouca humanidade quanto o exército tailandês repudiando os "Boat-People" vietnamitas. Face ao caos que se abre no flanco sudeste, a Comunidade Econômica Européia fecha-se como uma ostra sobre a preciosa pérola de sua prosperidade.

A nova fronteira entre a Europa do Oeste e seu exterior aprofunda-se e, dessa vez, justamente por causa da Europa "livre". Um novo "muro da vergonha" está crescendo, um muro de egoísmo, uma nova fronteira norte-sul que passa bem ao norte do Mediterrâneo. A Comunidade Econômica Européia não convida mais seus "irmãos do Leste" para aderirem ao seu modelo, para reencontrá-la... Nem toda a Europa é "legitimamente" européia.

Não sejamos demagogos. O egoísmo sagrado é a condição de sobrevivência de toda comunidade, e a denominação geográfica "européia" não é um certificado de que se pertence a uma comunidade. A absorção de um território na Comunidade também não é uma garantia de adesão de seus habitantes à comunidade dos europeus. Aliás, os candidatos do sudeste à adesão à Comunidade não são necessariamente simpáticos. Em suma, vários argumentos válidos justificam o fechamento em si mesma da CEE. Mas a brutalidade de uma fronteira entre a prosperidade e o caos, no coração do pequeno cabo ocidental da Eurásia, segue carregada de ameaças terríveis e é, antes de tudo, incompatível com a própria ética da Europa.

Nós lembraremos, primeiro, a amplitude das convulsões de 1989 no coração da Europa (Capítulo 1), depois dirigiremos a atenção para o que faz a força do centro econômico da Europa Ocidental, a Alemanha Ocidental (Capítulo 2), e para o que, independentemente dos acontecimentos da Europa do Leste, já minava a comunidade (Capítulo 3). Nós nos voltaremos, em seguida, para o exterior da CEE (Capítulo 4), a fim de mostrar como as tensões internas da CEE não podem conduzir senão a uma integração muito parcial desse "exterior" e mesmo a uma exclusão de regiões que já integram a CEE (Capítulo 5). Concluindo, tentaremos mostrar que é na conquista de uma nova fronteira interior que a Europa pode construir as condições de sua abertura para o Exterior.

* Texto escrito no primeiro semestre de 1991.

** Economista, Técnico do Centro de Estudos Prospectivos e de Economia Matemática Aplicados à Planificação (CEPREMAP) de Paris.

1 - Uma aurora?

Nove de novembro de 1989. Nessa noite, a Europa voltou a ser o coração da História. Não, como seguidamente neste século, por abalar o Mundo com suas querelas, ensangüentá-lo com suas dilacerações, deixá-lo estupefato com seus crimes sem precedentes. Mas, ao menos uma vez, como um símbolo de paz, de reconciliação, de libertação. Desmoronando, o muro de Berlim significava o fim de 45 anos de tensões e ódios, 45 anos de luto e desesperança, 45 anos de impotência e de humilhação. A festa espontânea da Porta de Brademburgo dava sentido, com 45 anos de atraso, ao aperto de mão dos soldados russos e americanos sobre o cadáver da Alemanha nazista. Mas a simetria estava quebrada: viram-se os alemães do Leste, risonhos ou intimidados, saírem em massa para abraçar seus estupefatos parentes. O fim da divisão de Yalta marcava também a capitulação incondicional do capitalismo de Estado stalinista diante das seduições da mistura oeste-européia de liberalismo e social democracia. Além do ciclo da Guerra Fria, era o ciclo aberto pela revolução de outubro de 1917 que se fechava sobre o gosto amargo de um imenso desperdício.

Essa sombra de amargura (para os que outrora haviam acreditado no comunismo) foi logo confirmada pelo mau cheiro nauseante exalado da Europa do Leste em ruínas (anti-semitismo, populismo, materialismo exagerado ou espiritualismo reacionário) e pela arrogância reencontrada da Alemanha do Sr. Kohl. O que desmoronou nesses dias maravilhosos foram o sistema totalitário do Leste e as condições do condomínio soviético-americano sobre a Europa.

Essa dupla libertação, nós a devemos, primeiramente, aos próprios povos do Leste, eles que, depois de 1953, em Berlim, Budapeste, Varsóvia, Praga, jamais se resignaram. Devêmo-la aos militantes que permaneceram décadas na clandestinidade e às massas que, ano após ano, aprenderam a enfrentar as milícias e os exércitos, até a revolução não violenta do outono do Leste alemão. Nós a devemos, também, às massas ocidentais que, nos anos 80, da Sicília à Irlanda, se reuniram às centenas de milhares para protestar contra os euromisseis e a satanização definitiva da Europa do Leste. Mostrando a crise do consenso pela defesa nuclear da OTAN e convencendo os dirigentes soviéticos de que seus pacifistas não estavam apenas no Leste, mas também no Oeste, a Rússia não precisava mais de um custoso cinturão de estados-satélite ao seu redor. Os movimentos de paz da Europa Ocidental fizeram infinitamente mais pela libertação de seus irmãos do Leste que os milhares de megatons nucleares acumulados nos silos dos submarinos.

Essa era a primeira consequência a extrair do que acabara de ocorrer: a condenação definitiva da chantagem nuclear, do ignóbil "slogan" dos partidários da dissuasão nuclear: "antes mortos que vermelhos". Os poloneses tinham razão de não se suicidar em 1981. Saiu-se do totalitarismo com tanta dificuldade, mas também com tanta segurança que do autoritarismo de um Franco ou de um Pinochet. Jamais a luta pela liberdade passará pelo aniquilamento da Humanidade. Desde então, todos os orçamentos de modernização das forças de ataque nuclear eram injustificáveis. Além disso, todo o quadro geoestratégico mundial acabara de balançar: a polarização leste-oeste estava caduca a partir de então.

Eu vi cair o Muro de Berlim a partir de Nauplie, primeira capital da Grécia independente, durante um seminário que reúne, anualmente, intelectuais, políticos, responsáveis por organizações não governamentais da Europa e do Terceiro Mundo,

na pesquisa de uma alternativa de progresso norte-sul. Os africanos observavam divertidos os europeus confusos. Para os africanos, era o sinal de que suas ditaduras, seus partidos únicos sustentados pelos governos do Oeste Europeu, também cairiam um dia. Entretanto o iugoslavo não escondia sua inquietação: "(...) a direita alemã partiu para um IV Reich..., ela já procura recuperar a Eslovênia". Esperança e inquietude: Berlim voltava a ser o umbigo da Europa.

As conseqüências das convulsões em curso são, de fato, incalculáveis, mesmo se nos restringirmos ao plano econômico. Pensamos no jovem Keynes redigindo seu primeiro ensaio ao fim da Primeira Guerra Mundial: **As conseqüências econômicas da paz**. Hoje em dia, ninguém iguala seu talento, e os problemas a resolver são infinitamente mais complexos. Tentemos ao menos colocar alguns problemas.

Primeiramente, é preciso explicar a referência a Keynes. A aceleração da corrida armamentista desempenhou um papel considerável durante os anos 80. Ela arruinou a União Soviética e os Estados Unidos, oferecendo, no entanto, uma saída estável e segura às indústrias de ponta. O "duplo déficit" americano (o do orçamento e o da balança comercial) encontra sua origem na corrida armamentista. A Europa e a "zona de co-prosperidade" japonesa encontraram nesse déficit uma saída natural que, ao contrário de uma extensão de seu mercado interno, não lhes colocava nenhum problema de balança comercial. Mas a dívida americana, fazendo subir as taxas de juros e adicionando-se à dívida do Terceiro Mundo, ameaçava a estabilidade financeira mundial.

Essa corrida armamentista não tem mais razão de ser em nossos dias. Bilhões de dólares estão potencialmente disponíveis para a retomada do crescimento do bem-estar, para a revisão das dívidas, para a luta contra a crise ecológica mundial. Mas não sonhemos. O conservadorismo geo-estratégico é poderoso. Ele pode se apoiar sobre os "lobbies" militar-industriais que farão valer, primeiramente, os empregos suprimidos pela desmilitarização e que sobrevalorizarão as dificuldades de uma reconversão planificada das indústrias armamentistas e os riscos de um retorno a uma ditadura agressiva na Rússia. Pode também se apoiar sobre as novas tensões que nascerão do colapso do próprio império soviético e, inclusive, provocá-las. Foi isso que demonstrou a Guerra do Golfo e também as tensões já existentes na Europa do Leste, pois a dissolução de uma antiga tensão não elimina todas as tensões, como o fim de um pesadelo não faz desaparecer as pulsões de morte. Na Europa desnordeada que procura, Tateando, uma nova ordem, as tensões étnicas e as ambições nacionais vão retornar à cena.

Tensões étnicas: o risco de uma não-saída da crise econômica no Leste é enorme, inclusive nos países (Polônia, Hungria) que escolheram prematuramente uma orientação liberal-productivista. Passada a primeira euforia democrática, os velhos demônios do populismo autoritário já ressurgem com as alianças (ontem impensáveis, mas hoje tão lógicas) entre os conservadorismos burocráticos e os chovinismos nacionais e mesmo religiosos; uma aliança entre a direita dos aparelhos comunistas e a direita das antigas oposições. Novos Estados fortes afirmar-se-iam assim e voltariam seu rancor contra o "outro" — os romenos contra os húngaros, os poloneses contra os alemães, os sérvios contra os croatas e todos contra os imprestáveis judeus. O retrocesso do apocalipse nuclear reabre na Europa a "época das guerras localizadas" sobre um fundo de miséria, como essas que ressurgem de modo endêmico na Irlanda do Norte, no País Basco espanhol.

Ambições nacionais: e todo mundo pensa na Alemanha de 80 milhões de habitantes. Ontem gigante econômico e anão político, a Alemanha transforma-se rapidamente em superpotência econômica e gigante político. Ainda ontem sua força estava ameaçada pelo declínio demográfico. De um só golpe, ela pôde pensar em unir à sua potência não somente a Alemanha do Leste, mas a Áustria, cuja neutralidade não será mais impeditiva, bem como todas as populações de origem alemã que sobreviveram a leste da cortina de ferro — mercados e força de trabalho qualificada e barata à vontade.

2 - A nova questão alemã

Mostra-se, aqui, a inconsciência dos intelectuais franceses que, em nome do medo do hegemonismo alemão, recusaram, nos anos 80, a Grande Europa neutralista para escolher a atlantista. A partir de hoje, esse temor não poderá ser desfeito senão pelo contrapeso de uma Europa englobando, a leste da Alemanha, as pequenas nações da "Mitteleuropa". Desde o outono de 1989, com os encontros Itália-Iugoslávia-Áustria-Hungria-Tchecoslováquia (aos quais se reuniu em seguida a Polônia), começou-se a perceber o esboço da "Petite Entente" anterior à guerra entre as nações originárias da dissolução do Império Austro-Húngaro, antiga barreira contra as ambições da Alemanha prussiana.

Sim, a Alemanha provoca medo. Nesse nível, um sentimento subjetivo transforma-se em objetivo. Mas ainda é preciso identificar suas raízes.

Com efeito, não adianta nutrir o medo de uma Alemanha reunificada. É preciso, sobretudo, compreender a força que já possui a Alemanha do Oeste sozinha. Porque, se o ano de 1989 sancionou a vitória definitiva do capitalismo de mercado ocidental sobre o capitalismo de Estado oriental 45 anos após sua vitória comum sobre o nazismo, ele também sancionou, mais discretamente, uma vitória ocorrida durante os anos 80: a de um tipo de capitalismo de mercado contra um outro. Dez anos depois da ofensiva ultraliberal dos antigos "mestres" do Mundo — os Estados Unidos e a Grã-Bretanha —, a forma pela qual se negociava a divisão dos derrotados do "socialismo realmente existente" revela, antes de tudo, um fato objetivo: com todos os seus armamentos nucleares, esses dois países se encontram sem voz (como, aliás, a França), porque estão depauperados e endividados. A nova divisão do Mundo efetua-se entre o Japão e a Alemanha Ocidental.¹

Face à crise do modelo de desenvolvimento fordista, caracterizado pelo taylorismo como paradigma de organização do trabalho e pelos contratos de trabalho "rígidos", duas saídas eram de fato possíveis:²

¹ Por ocasião da Segunda Guerra do Golfo, em 1990/91, os vencidos economicamente (EUA, Grã-Bretanha, França) tentaram tomar sua revanche, pretendendo demonstrar seu indispensável papel de guardiões do sul. Requerendo um financiamento junto à Alemanha e ao Japão, eles mostraram, sobretudo, sua imagem de "condottieri", cobrando seus serviços militares junto às cidades prósperas (ver nosso comentário no fim da edição inglesa de *Cholsir l'Audace* (Lipietz, 1992).

² Sobre o fordismo e a crise, ver Lipietz, (1985) em inglês, da Verso (1987) e em grego, da Exandas (1990). Sobre as opções atuais de saída da crise do fordismo, ver Lipietz (s.d.).

- ou relaxar, "flexibilizar" o caráter rígido da relação salarial, multiplicando os empregos precários e necessariamente pouco qualificados, pouco "comprometidos", conservando, em consequência, o paradigma industrial tayloriano. Essa solução, que para o Capital pode ser qualificada de "defensiva", pode ser também caracterizada como "neotayloriana";
- ou, ao contrário, reformar profundamente a organização do trabalho, visando ao "compromisso negociado" dos trabalhadores na batalha pela produtividade e pela qualidade dos produtos. Essa negociação pode ser acompanhada ao nível individual (caso em que se fica próximo do "neo-taylorismo"), ao nível da empresa (é o caso do Japão), ao nível do ramo de produção ou da sociedade (regional ou nacional). Tais estratégias podem ser qualificadas de "ofensivas" e, tendo por referência o modelo sueco, pode-se chamar de "kalmarismo" sua versão mais socializada. Acrescentemos que os modelos de tipo "compromisso negociado" geralmente permitem uma participação dos trabalhadores diretos nos novos métodos de organização industrial ("kanban"), enquanto o neotaylorismo implica uma organização planificada pelos gerentes ("Material Requirement Planing").

Essa divisão do antigo mundo fordista em duas opções, evidentemente, os EUA ao Japão, mas, sobretudo, corta a Europa em duas (opondo a Península Ibérica à Escandinávia), a CEE em duas (opondo a Grã-Bretanha à Alemanha) e mesmo certos países em dois, como a Itália. Contrariamente à Europa do Tratado de Roma, fundada sobre a aceitação geral do modelo fordista, a Europa dos anos 80 caracteriza-se pela divergência dos modelos de saída da crise, uma "Europa com duas velocidades", uma Europa "pele de leopardo". Como líder do "lado certo da Europa" está a Alemanha Ocidental.

Com 65 milhões de habitantes, a Alemanha Ocidental é quase duas vezes menos populosa do que o Japão. Em 1989, ela exportou US\$ 382 bilhões, com um excedente comercial de US\$ 81 bilhões (contra US\$ 77 bilhões do Japão). E isso, de notoriedade pública, com um nível de vida dos assalariados incomparavelmente superior e sem especialização particular no domínio de novas tecnologias. A Alemanha "vence" sem os "chips" eletrônicos e com operários entre os mais caros do Mundo!

O que o Japão e a República Federal da Alemanha realizaram pioneiramente foi a participação dos trabalhadores na aprendizagem da importância da produtividade, na busca da qualidade, na gestão dos fluxos produtivos. O "kanban" venceu o "Material Requirement Planing" porque o "compromisso negociado" venceu a "flexibilidade" liberal.³ E ainda atrás dessa vitória há a vitória de uma certa concepção do sindicalismo — e também da inteligência de um certo patronato. Porém a superioridade da Alemanha deve-se ao fato de que o compromisso capital-trabalho "kalmariano" foi muito mais amplo do que no Japão.

A vitória alemã articula-se sobre uma imensa rede de convenções coletivas de ramos de produção, articulados em regiões e descentralizados ao nível de conselhos de cogestão. Como nos EUA, o sindicalismo alemão dos anos 70 procurou, antes de tudo, resistir, proteger o emprego dos trabalhadores. Mas, nos anos 80, com 10% de desempregados, partiu para a contra-ofensiva — o comprometimento em troca da

³ Ver os dois últimos livros de Coriat: *L'atelier et le robot* (1990) e *Penser à l'envers* (1991).

redução da jornada de trabalho. Uma orientação que vem de longa data: "(...) altos salários, jornada de trabalho reduzida, métodos racionais de produção e organização racional da economia são as garantias do crescimento econômico da Alemanha" já proclamava o congresso da Confederação Sindical Alemã (DGB) em... 1925!

Esse sindicalismo por ramo de produção, que pôde arrancar a promessa da semana de 35 horas para 1993, tem, no entanto, seus limites: ele exclui os ramos "pobres" (serviços, etc.) e autoriza um claro dualismo em detrimento das mulheres, dos turcos — até ontem os "Untermenschen", amanhã os "irmãos do Leste". Só recentemente, o movimento sindical sueco fez melhor, estendendo sua proteção a toda a sociedade, com risco de "superaquecimento" (Leborgne & Lipietz, 1992).

A Alemanha do Oeste não é "um modelo alternativo", e o Japão, ainda menos, embora a Alemanha seja socialmente mais "avançada". Esses países mostraram a possibilidade produtiva de modelos de desenvolvimento baseados no compromisso negociado. Tudo vai depender do nível de solidariedade em cuja direção a pressão social conduzirá a evolução desses países. Porque, sem solidariedade, se sabe que o compromisso negociado desemboca em uma aristocracia assalariada, sustentando um novo imperialismo.

Daí se origina o novo medo da Alemanha (como, na Ásia, o medo do Japão). Os alemães não possuem cromossomos nazistas no sangue. Eles são simplesmente ricos e potentes. Como os Estados Unidos. É preciso ter medo da Alemanha como o Canadá e o México temem os Estados Unidos: nem mais nem menos. Mas há uma diferença: os EUA não reivindicam nem a Baixa Califórnia nem a Colômbia Britânica. O Sr. Kohl, para ganhar os votos do eleitorado de extrema direita, recusou, durante meses, reconhecer a fronteira germano-polonesa (a "linha Oder-Neisse") e reivindicará, sem dúvida, Koëningsberg. Ele se tornou, em consequência, o homem mais impopular da Europa. A Alemanha de Brandt era um farol para os países do Leste. A Alemanha de Kohl constituiu-se, em 1990, num pesadelo. Não porque Kohl se comporte como Hitler. Porque ele se comporta como Reagan, desdenhando seus companheiros do Oeste europeu, humilhando seus clientes do Leste europeu, sacrificando a imagem externa de seu país à manipulação demagógica da ala mais reacionária de seu eleitorado.

Consideremos, por exemplo, a forma como ele impôs a reunificação alemã. Em dezembro de 1989, aqueles que haviam feito a revolução democrática do Leste alemão possuíam ainda a esperança de reedificar as terras do Leste como um modelo alternativo ao materialismo do Ocidente. As temporizações do Primeiro Ministro comunista Mödrow desencorajaram os alemães orientais — eles se resignaram à unidade a qualquer preço. É seu direito. Mas Kohl jogou óleo sobre o fogo: "Fiquem em sua terra, que eu os compro. Por enquanto, nada de experimentação intempestiva". Se era assim, melhor emigrar logo! E a unificação não iria arranjar nada. O acoplamento brutal de dois sistemas de preços, de dois níveis de produtividade tão diversos, iria fazer aumentar ainda mais a tensão, arruinando, no Leste, milhares de estabelecimentos industriais, reduzindo ao desemprego ou ao subemprego a metade dos alemães do Leste (desde agosto de 1991) e empurrando os desempregados para o êxodo na direção do Oeste.

Quando os EUA de Truman ajudaram a Europa e o Japão a se reconstruírem, fizeram os seguintes arranjos: um direito ao protecionismo e a não-conversão da moeda e enviaram os empréstimos e donativos do Plano Marshall. Quando a Espanha e Portugal foram admitidos na CEE, foram-lhes concedidos ajuda e um protecionismo de

sentido único durante longos anos, a fim de permitir-lhes uma modernização interna. Kohl fez exatamente o contrário: ele não ajudou a reconstruir; ele comprou as ruínas.

Essa loucura não pode durar. É necessário reconstruir internamente a Alemanha Oriental e, em consequência, financiar a melhoria do nível de vida, realizando investimentos na região. Isso exigirá investimentos do Oeste. A RFA pode fornecer fundos: ou aumentando os impostos no Oeste (por exemplo, sobre o capital, que é bem pouco tributado) — mas os eleitores de Kohl não aceitam —, ou emitindo moeda com baixas taxas de juro, com uma inevitável ascensão inflacionária — mas o Bundesbank dos alemães do Oeste não o quer. Em suma, Kohl comprou a Alemanha Oriental sem assegurar seu financiamento, como uma jogada de Wall Street: com "junk-bonds". Como um dia será preciso pagar, a Alemanha deverá, em 1991, aumentar os impostos, mas as taxas de juros deverão, em consequência, retomar sua alta, que se imporá a toda a Europa, tanto ao investidor italiano como ao jovem casal francês.

Eis, pois, o problema alemão. Com o Ato Único⁴, unificou-se a economia europeia. Não se previu a unificação democrática da Europa. Assim, a política econômica, a vida quotidiana dos europeus, decide-se no Estado dominante: em Bonn. Não incriminemos a vontade de unificação de um povo, os alemães. Incriminemos primeiro aqueles que quiseram construir a Europa somente pelo lado da potência: o dinheiro.

3 - A crise precoce da Comunidade Econômica Européia

Além da Alemanha, é com efeito a estruturação da própria Europa Ocidental que é posta em causa pela abertura possível para uma "grande Europa", que incluiria a "Mitteleuropa" — quer dizer, a Europa Oriental, excluída a Rússia. A hipótese da explosão do Império Soviético euro-asiático não está descartada para os anos 90, mas é pouco provável que seus povos, excetuando os bálticos, possam pretender, de imediato, anexar-se à Europa. Ora, a crise previsível da Comunidade Econômica Européia vem se delineando durante os anos de 1989 e 1990, independentemente dos acontecimentos do Leste.

Aliás, já se disse (Lipietz, 1992): o projeto do grande mercado de 1993 sofria de uma contradição maior. Um mercado único de capitais e mercadorias sem políticas fiscal, social e ecológica comuns não poderá mais do que aguçar a competição entre os Estados-membros, devendo cada um cuidar do equilíbrio de sua própria balança comercial. O maior risco está num deslize "para baixo", através da flexibilidade liberal. Face a essa ameaça de "dumping social", Jacques Delors contava com uma reação brusca dos sindicatos e dos países com legislação social-democrata para impor "patamares" legislativos ou contratuais comuns ao nível europeu.

Ora, isso não aconteceu, apesar dos protestos (tímidos) do Parlamento europeu. Em 1989, a harmonização da Taxa sobre o Valor Agregado havia falhado. Ao mesmo

⁴ Nota do Tradutor: o Ato Único europeu, assinado em fevereiro de 1986, estendeu a competência da Comunidade (já com 12 membros a partir da adesão de Portugal e Espanha em janeiro do mesmo ano) e alterou o funcionamento de suas instituições. A cooperação política europeia, que antes funcionava com base em simples acordos intergovernamentais, adquiriu novo estatuto jurídico.

tempo, a França conseguiu que as fronteiras aduaneiras da Europa permaneçam depois de 1992. Entretanto a ausência de harmonização sobre a taxação do capital revelou-se muito mais grave. Prevendo a livre circulação dos capitais a partir de 1º de julho de 1990, a Comissão Europeia havia proposto, em fevereiro de 1989, um imposto de 15% na fonte sobre os ganhos de capital. Embora não fosse muito, era melhor que nada. A partir de 1º de junho de 1989, a RFA suprimiu sua contribuição. Resultado: segundo as palavras de Michel Charasse, Ministro francês do Orçamento, "A França reagiu diminuindo um pouco o imposto sobre a poupança." Em realidade, depois de 1º de janeiro de 1990, na França, as rendas do capital aplicado em fundos de investimento e poupança da Société d'Investissement et Captation de Valeurs (SICAV), recursos monetários de capitalização (Mutual Money Market Funds), estão livres de impostos até 25.000 francos (US\$ 4.200) por mês, mais do que ganha a quase-totalidade dos assalariados!

Caminha-se, assim, para uma Europa onde os únicos que pagarão tributos serão os assalariados e os consumidores... De maior gravidade, ainda, foi a capitulação da Europa social. Em setembro de 1989, a Comissão Europeia propôs uma Carta Social europeia insípida. Em 22 de novembro de 1989, o Parlamento europeu, a única representação democrática dos povos europeus, vota uma base mínima abaixo da qual o Conselho não poderá ir.⁵ Uma síntese de tudo o que os movimentos dos assalariados haviam conquistado na Europa, incluindo o direito a uma renda mínima, "a harmonização progressiva das conquistas sociais no nível mais elevado", a participação dos trabalhadores na orientação tecnológica e na organização do trabalho... No entanto, em dezembro, o Conselho dos Governos (salvo a Sr^a Thatcher, que recusa tudo) adota a Carta da Comissão, ainda adocicada (os jornais nem mesmo a publicaram!). O Parlamento — que havia afirmado que, nos casos onde essa "Carta Zero" não fosse adotada, ele bloquearia a construção do Mercado Único — não reage. Os Verdes (39 deputados no Parlamento europeu) preparam uma moção de censura à Comissão, que poderia ser votada pela Euroesquerda (social-democratas e comunistas). O projeto naufraga.

Enfim, tal como se delinea no momento, a "grande Europa unificada" o será apenas para o Capital e para permitir-lhe escapar ao Estado: isto é, ao fisco e à legislação social. Não diremos que essa Europa é "apolítica". Ela tem uma política, é a política de Bonn (em troca de algumas concessões). E é muito provável que a União Monetária volte a confiar todo poder monetário ao Bundesbank. Não, o que falta a essa Europa é o controle democrático, o único capaz de permitir a representação dos interesses da grande maioria dos europeus e, portanto, de selar, sobre um grande compromisso social, a Comunidade que se pretende a Europa. Porque, hoje, só um "Código Social" pode cimentar a consciência comunitária: aliás, isso pode ser observado com clareza no debate sobre a unificação alemã.

⁵ Algumas precisões institucionais. A Comunidade Econômica Europeia é um monstro democrático. Seu órgão executivo é a Comissão (presidida por J. Delors), cujos membros são designados pelos Estados. A Comissão faz proposições ao Conselho (que constitui o Poder Legislativo). Esse Conselho é composto pelos governantes dos países-membros: o Legislativo europeu é a soma dos Executivos nacionais! O Parlamento europeu eleito só tem o poder de recomendação, mas o Conselho pode lhe transferir outros. O Parlamento pode, também, "censurar" (derrubar) a Comissão, mas isso nunca aconteceu.

Assim, independentemente de toda a mudança no Leste, desde o fim de 1989, registra-se um risco muito grande de uma Europa com duas velocidades sociais: a das ricas regiões do norte da Europa preservaria os compromissos sociais avançados do tipo "kalmariano" (compromisso negociado e salários elevados), graças a sua supremacia tecnológica, enquanto as industriais banalizadas "neotaylorianas", com salários precários e pequenas remunerações, migrariam para a periferia interna da CEE — Ilhas Britânicas, Península Ibérica — (Leborgne & Lipietz, 1992).

4 - Os quatro grupos da Europa

A irrupção da Europa Oriental atingiu esses debates de forma positiva e negativa. Positiva: absorvendo a Alemanha Oriental, a Alemanha Ocidental volta a ser uma jovem nação, com imensas necessidades de reconstrução. Ela retoma a função de uma "locomotiva", no sentido keynesiano do termo (novo mercado, novas oportunidades de intervir), para o restante da Europa Ocidental — mesmo a França, a Grã-Bretanha e Portugal recolhem as migalhas dos novos mercados da Alemanha Oriental. A médio prazo, a questão é muito mais complexa, tudo dependerá da nova estrutura da Europa. Vejamos, primeiro, quais são os grupos já existentes em torno da CEE.

Primeiramente, estão os países da Associação Européia de Livre Comércio (AELC, em inglês EFTA): Suíça, Áustria e Escandinávia. Tão ou mais ricos e socialmente avançados que a RFA, eles haviam recusado a participação na CEE para salvaguardar sua neutralidade e seus compromissos internos, mais orientados para o "kalmarianismo" que para o liberal-productivismo. Eles já se encontram em condições de livre acesso à CEE, mas podem temer um protecionismo do Grande Mercado de 1993. Com o desaparecimento da questão militar, vão ser tentados a forçar as portas da CEE, o que reforçará os partidários da Europa social.

O segundo grupo é constituído pelos países situados à margem meridional do Mediterrâneo, os países semi-desenvolvidos do Acordo de Interesse Preferencial, do Marrocos à Turquia. Já angustiados pelos privilégios da periferia interna da CEE (Portugal, Espanha e Grécia) quanto ao acesso aos mercados do Norte, eles procuram se associar mais estreitamente a ela e seriam os grandes perdedores duma intrusão da Europa do Leste, etnicamente mais... "aceitável". Esses países mediterrâneos são vítimas de uma crise econômica e ecológica, por vezes, aterradora (na Argélia, no Egito), agravada, ainda, pela explosão demográfica. A ascensão irresistível do integralismo muçulmano trai a falência dos modelos ocidentais produtivistas e estatistas. Em 1990, a Comissão Européia, tendo consciência de que se tratava de uma "bomba de efeito retardado", decidiu dobrar a ajuda financeira européia para o conjunto desses países. Isso significa... cinco francos por ano de cada europeu, 20 francos por beneficiário! Soma irrisória que traduz a profundidade da "nova fronteira hostil" no flanco sul da Europa.

Enfim, além dos mares e do Sahel existem os países "África-Caraíbas-Pacífico". A renovação do Acordo de Lomé, que os ligou à Comunidade, foi uma terrível decepção em dezembro de 1989. A CEE, dando-lhes mesquinamente seu sustento econômico, não fez a escolha de ser locomotiva do desenvolvimento mundial. E isso é inquietante... para a Europa Oriental.

Tais como surgiram em 1989, no flanco oriental da CEE, esses países se apresentam como um quarto grupo que se subdivide em três estratos. Com um produto bruto por habitante comparável ao da Espanha (US\$ 7.800), da República Democrática Alemã (US\$ 7.200) e da Tchecoslováquia (US\$ 6.000), não devem senão à desordem burocrática, à falta de consenso interno e a seu isolamento o fato de haver sucateado sua herança industrial e cultural anterior a 1945, podendo retomar a decolagem facilmente. O segundo estrato encontra-se, ao contrário, ao nível da Argélia e da Coreia (US\$ 2.500 por habitante por ano). Ele se compõe da Hungria, da Iugoslávia (US\$ 2.300) e da Polónia (US\$ 1.900 por habitante, ou seja, 10 vezes menos do que a RFA!). Além disso, esses países estão crivados de dívidas (respectivamente: US\$ 20, US\$ 23 e US\$ 39 bilhões) e corroídos pela inflação. Por fim, o terceiro estrato: a Bulgária, a Romênia, a maior parte da Iugoslávia e a Albânia, que, por seus aspectos econômicos e culturais, se aproximam do nosso segundo grupo, os "Países Terceiro-Mundistas Mediterrâneos". É uma espécie de Turquia da Europa "aumentada". Aliás, eles já fizeram parte do Império Turco (como a Grécia, que, no entanto, faz parte da CEE).

5 - O cenário do inaceitável

Face a esse "Terceiro Mundo" europeu que se abre a leste, os social-democratas moderados da CEE (notadamente, J. Delors e F. Mitterrand) sentiram o perigo: a armadilha do Ato Único fecha-se sobre eles. Eles acionaram a Europa dos comerciantes e dos capitais, pensando que o resto se seguiria com a unificação política da CEE. E, agora, descortina-se o espectro de uma zona de livre comércio ampliada, escapando a toda regulação social supranacional. Então, eles tentam apressar o passo: consolidar social e economicamente a integração da Europa dos 12 e gerenciar coletivamente as relações com o Leste. Infelizmente, eles jogaram seus trunfos em 1985 (quando assinaram o Ato Único), e a Alemanha de Kohl agora dá as cartas.

A posição oposta é a dos meios financeiros e dos políticos liberais: Margaret Thatcher esteve muito tempo à frente dessa posição. Basta estender ao Leste as relações de livre comércio controlado, do tipo Acordo de Interesse Preferencial e bloquear as veleidades da Comissão Delors de progredir no sentido da Europa Social. Assim, o mecanismo implacável de uma Europa com várias velocidades sociais desdobrar-se-ia em direção ao Leste, abandonando o Maghreb e até mesmo a Irlanda, Portugal e a Grécia a sua triste sorte. Sob a pressão da dívida e por um punhado de bilhões de dólares em ajuda de urgência urgentíssima, uma imensa zona franca de subcontratação, na base de salários muito baixos e com sindicatos quase inexistentes, abrir-se-ia na Europa Oriental para as indústrias de mão-de-obra intensiva a serviço dos centros técnico-financeiros da Europa do Norte e da Ocidental.

A força desse cenário reside no fato de que ele abre à Alemanha a via direta para uma satelitização "à la carte" da Europa Central. Em apenas cinco anos de liberalização dos mecanismos econômicos, a RFA, ladeada pela Áustria, poderia absorver a RDA, seu mercado e sua mão-de-obra qualificada, solucionando, por uma geração, seu problema demográfico. A Tchecoslováquia e a Eslovênia poderiam desempenhar o papel de uma Espanha ainda fora da CEE: desenvolvendo a indústria pesada. A Hungria, a Polónia (já com governos ultraliberais) e o resto da Iugoslávia tornar-se-iam "Tunísias" ou "Marrocos" dedicados aos têxteis, às indústrias de montagem neotaylor-

rianas, à cultura de batatas..., estabelecendo quotas de importação: a subcontratação sim, a invasão não. Esse "quarto Reich" econômico, bastante próximo da esfera japonesa, seria, sem dúvida, sacudido, em seus mercados orientais, por "pequenas guerras" nacionalistas..., como é o caso da Irlanda no Reino Unido e do País Basco na Espanha — o caso iugoslavo podendo adquirir contornos ainda piores. Um cenário socialmente pouco brilhante, mas, no primeiro momento, economicamente dinâmico. Esse cenário, o mais provável (mas que se fraciona em vários subcenários, que examinaremos mais detidamente), é inaceitável. Não somente ele tenderia a acelerar a fragmentação — interna à Europa do Oeste — entre regiões "kalmarianas" e regiões "neotaylorianas", mas também colocaria estas últimas (países do sul da CEE) em concorrência direta com o "segundo grupo", o dos países ao sul do Mediterrâneo, e com o "quarto grupo" (o Leste). Não se trata mais de subvencionar o nível de vida de seus habitantes. Mesmo a integração dessas regiões à Europa seria recolocada em discussão. Configura-se no próprio interior da Europa uma nova fronteira: a da pobreza, a da máfia, a da terceiro-mundização. Ela não passa mais no centro do Mediterrâneo e ao longo da cortina de ferro. Ela abandonaria facilmente a Península Ibérica (salvo a Catalunha) e a Córsega, a Sicília e toda Itália ao sul de Roma. Da Iugoslávia, ela incluiria a Eslovênia, mas não o Kosovo; da Romênia, a Transilvânia, mas não a Moldávia; da URSS, talvez os países bálticos, seguramente não as repúblicas muçulmanas. Em suma, a "Europa legítima" retornaria a uma fronteira muito antiga: a dos impérios russo, árabe e turco.

Esse novo "apartheid" se apoiaria, evidentemente sobre o racismo. Um racismo claramente voltado contra o conjunto do mundo muçulmano devoto ao integrismo: será muito fácil acusá-lo de violação dos direitos humanos e, em particular, dos direitos das mulheres, para rejeitá-lo como "bárbaro"⁶. Além disso, há um racismo interno na Europa: das regiões ricas contra as regiões pobres, dos alemães ocidentais contra seus "irmãos do Leste", e de todos os eslavos, mas também (como mostra o sucesso das "ligas lombardas", ligure, etc.) dos italianos do norte contra os italianos do sul, dos franceses contra os corsos, etc.

A Europa do noroeste tornar-se-á mais do que nunca um clube de ricos, entrincheirados contra a ameaça demográfica e religiosa do sul. Ao imperialismo econômico, ao desprezo cultural, poder-se-ia adicionar até mesmo um "eco-imperialismo": o noroeste da Europa recusaria as indústrias poluentes, mas em lugar de questionar seu próprio superconsumo, empurraria essas indústrias para sua fronteira meridional.

Tal cenário apresenta com nitidez a questão da "Europa legítima". Quem (quais territórios) tem vocação de ficar na Europa? O livro recente de um membro da ONG, **Médecins Sans Frontières, L'Empire et les nouveaux barbares** (Rufin, 1991), sustenta a tese de que, face ao próspero norte, se estende um sul dos mais caóticos, que tende a retornar ao que era no começo do século XIX, uma "terra incógnita", onde os habitantes do norte não podem mais ir, e contra os quais o Império Romano se defendia através de um "limes", uma fronteira armada, uma barreira, uma "zona

⁶ Esse racismo se desencadeou durante a Guerra do Golfo, a qual um editorialista do principal canal de televisão francês apresentou como um "confronto entre o mundo civilizado e os árabes".

tampão", "degraus". Tal tese é fenomenologicamente exata.⁷ Um "hippy" de 1968 podia sem problemas passar férias no Nepal, de ônibus ou carona. Hoje, ele precisaria atravessar a Índia do norte, devastada por agitações étnicas, o Paquistão, sob ditadura militar islâmica, o Afeganistão, dilacerado pela guerra civil, o Irã islâmico, o Iraque, aniquilado por uma incursão ocidental digna dos 55 dias de Pequim. E, após o verão de 1991, mesmo o percurso terrestre interno à CEE, o caminho de férias entre a Alemanha e a Grécia, está cortado pela guerra civil iugoslava!

Dessa forma, como para o Império Romano, as fronteiras se reaproximam velozmente do coração da Europa. Tentemos discernir todas as fronteiras possíveis em meio a essas que acabamos de lembrar.

Uma primeira fronteira provável representaria uma extensão da atual CEE — esta englobaria efetivamente o antigo império austro-húngaro e rejeitaria os antigos impérios otomano e russo, excetuando, talvez, os países Bálticos. Tomando rapidamente o partido das independências da Eslovênia e da Croácia, a Alemanha mostrou sua preferência por tal cenário, não realmente sob a forma de uma integração à CEE (com todos os direitos sociais compatíveis), mas como uma zona de livre circulação de mercadorias e mesmo de migrações econômicas.

O subcenário apóia-se em uma verdadeira fronteira cultural. Não exatamente o cristianismo, mas ao menos uma zona católica e protestante (assinalemos ainda uma vez que a Grécia "deveria" ser excluída da CEE!). Essa fronteira, que separaria a Prússia e a Austro-Hungria da Rússia e do Império Otomano, saiu quase intacta da implosão do bloco do Leste. Na zona "ocidental", os partidos liberais tomaram o poder. Na zona "oriental", os partidos comunistas, transformados em populistas, mantiveram-se no poder através de eleições: Romênia, Bulgária, Sérvia, Albânia. Tais sociedades ainda rurais, com fortes estruturas comunitário-clientelísticas — que souberam parasitar (e freqüentemente reformar positivamente) o pretense "comunismo" —, ainda são espantosamente sensíveis ao nacionalismo (enquanto a unificação europeia, desde a Segunda Guerra Mundial, se apóia sobre uma náusea unânime frente aos horrores do nacionalismo) e ao prestígio das elites burocráticas. Em uma palavra, essas sociedades permanecem "otomanas", inclusive no aspecto reacionário das relações entre os sexos.

Otomanos e não mais turcos. E, no entanto, uma janela extraordinária se abre para um "império-tampão" ideal: uma Turquia que voltaria a ser otomana, quer dizer, que renunciaria ao nacionalismo turco estrito que grassou ("bien obligé!") depois de Atatürk. A Turquia pode reencontrar uma vocação transnacional, confederando-se em uma "zona tampão" entre a "Europa legítima" e as trevas centro-asiáticas. Excluída da CEE por sua concepção "particular" dos direitos do Homem e por sua agressão ao Chipre ("Escala do Levante", que não faz parte da Europa nem mais nem menos do que a Grécia ou Malta), a Turquia pode esperar, com o apoio dos EUA — reforçados no Oriente Médio com a Guerra do Golfo —, se constituir numa zona de influência por toda parte "culturalmente não europeia" da Europa. A Bósnia-Herzegovênia, temerosa com a perspectiva de uma divisão entre a Croácia e a Sérvia, já invoca um protetorado

⁷ A realidade é mais complexa. O sul, cultural e socialmente excluído, está economicamente cada vez mais "integrado". Cada vez mais os bens primários e manufaturados necessários ao norte são produzidos no sul, mesmo em Bangladesh (Lipietz, 1985). Para fazer uma boa comparação com o Império Romano, é preciso destacar que a maior parte dos escravos trabalhava além do "limes".

turco; a Albânia, desanimada com a atitude italiana, não demorará muito a fazer o mesmo; as minorias turcas da Bulgária seguirão o mesmo caminho. Entretanto, para ser otomana, a Turquia não deve visar apenas às "minorias" turcofônicas, mas também os países "não legitimamente" europeus em sua integridade: a Sérvia, a Romênia, a Moldávia-Bessarábia, o Azerbaijão e, por que não, a Armênia. Por que não? Por causa do passado nacional desses antigos vassallos, evidentemente. Mas a História (o Líbano nos faz lembrar) tem tanto de imaginação quanto de rancores...

Um subcenário intermediário seria, seguramente, a permanência da CEE nos seus limites atuais, com uma integração "à la carte" bastante rápida da AELE e, em seguida, no primeiro quartel do próximo século, dos pedaços austro-húngaros. Porém esse subcenário está minado tanto no exterior como no interior.

No exterior: os excluídos da "Europa legítima" correm forte risco de serem devastados por crises econômicas, ecológicas e nacionais; donde o interesse no debate sobre a Iugoslávia. Não foi por hostilidade contra os austro-húngaros que a diplomacia francesa e comunitária, durante toda a primavera de 1991, defendeu a unidade da Iugoslávia. A experiência de "cisões nacionais" (tais como as da Irlanda, do Paquistão e... as guerras balcânicas da primeira metade do século) ensina, com efeito, que não existem "cisões limpas". A Eslovênia é excepcionalmente homogênea, mas a secessão dos sérvios da Croácia era, no entanto, inevitável. Guerras nacionais às portas da CEE, nos Estados devastados pela crise, significam necessariamente um influxo de refugiados "político-econômicos". E, de todo modo, um diferencial de prosperidade interna e externamente demasiado forte só pode trazer graves tensões. Daí o interesse numa unidade economicamente intermediária, unificada e separada, os eslavos do sul.

No interior: o muro da pobreza, já dissemos, atravessa também a CEE. Esse muro é permanentemente atacado segundo a tática do "Tonel de Danaides", injetando dinheiro. Mas, com isso, as zonas pobres da Europa tornam-se zonas de pobres assistidos. Já existia a Córsega, o "Mezzogiorno" italiano, a Grécia. As transferências de fundos acalmam os rancores e diminuem as migrações. Não se constituem em regiões competitivas no seio de um grande mercado. A própria Alemanha do Leste apresenta, hoje, grandes riscos de "sicilização". Possui enormes mercados de desempregados, de químicos desempregados, de agentes da "Stasi" privados de emprego — estão presentes todos os elementos para a constituição de uma máfia da Alemanha do Leste.

Donde a possibilidade de um terceiro subcenário: o "limes" passaria no seio da CEE, abandonando — inclusive financeiramente — as zonas menos rentáveis para o neo-taylorismo, as regiões que o bloco hegemônico local⁸ não conseguiria nem mesmo organizar como base para atividades externas competitivas no mercado mundial. A Europa das mercadorias e dos capitais, privada de um Código Social, empurrará para o "limes" os mais pobres dessas regiões, os quais teriam um privilégio em relação ao Exterior — a livre circulação de seus residentes a título de migrações econômicas internas.

⁸ Sobre a noção de bloco hegemônico regional, ver nossa intervenção no Seminário de Lesbos (1985), "Le national et le regional face à la crise mondiale du Capital", retomada em Benko, (ed). (1990).

Refletindo bem, é de fato a força de atração do terceiro subcenário que dá instabilidade ao segundo e constitui um problema para o terceiro. É porque a Europa já não consegue desenvolver harmonicamente suas próprias regiões que ela tanto teme a chegada dos ainda mais pobres do "quarto grupo", mesmo os de sua zona austro-húngara, sem falar, obviamente, do "segundo grupo" (as parcelas meridionais dos antigos impérios turcos e árabes) e do terceiro (o Terceiro Mundo, África—Caraíbas—Pacífico).

A Europa arrisca fechar-se a um "caos externo", porque ela já está atormentada pelas turbulências de sua própria periferia interna.

6 - A nova fronteira, sempre⁹

Há um outro cenário possível: bloquear a carta liberal do Ato Único até que ela seja acompanhada por uma carta ecológica e social e fazer da Europa Oriental, associada à CEE por mecanismos complexos e já experimentados antes com a Europa do sul, o laboratório de uma transição para uma Europa confederada, ecológica e social, mas articulada em nações ou regiões que conservem uma margem de autonomia sócio-cultural. Essa alternativa pressuporia uma ajuda massiva e a anulação da dívida através de uma reforma do sistema financeiro internacional, o que poderia ser estendido ao Terceiro Mundo. Essa grande Europa confederada reduziria os riscos de uma hegemonia alemã e de "pequenas guerras".

Quais seriam as regras, os mecanismos, os meios de controle que permitiriam esse cenário?

Primeiramente, já se viu que a atitude defensiva da CEE em relação ao seu "limes" se radica na sua própria instabilidade. Uma "Europa legítima aberta" é, em primeiro lugar, uma Europa social, opondo-se, conseqüentemente, a uma "Europa em duas velocidades". É necessário, antes de tudo, bloquear a saída via "flexibilidade liberal" para a crise, privilegiando o "compromisso negociado". Assim, o mais simples é valorizar o "patamar dos direitos sociais" dos trabalhadores de toda a CEE: aumento do salário mínimo europeu, extensão das garantias legais nos contratos de trabalho, redução coordenada da duração máxima da jornada de trabalho, alinhamento progressivo do nível de seguridade social pelas normas dos países mais avançados, etc.

Mas atenção: esse passo avante na integração social pode engendrar uma dupla exclusão.

Exclusão interna: certas regiões da Europa não possuem, atualmente, um nível de qualificação que lhes permita, sem dificuldades para sua competitividade, suportar uma equalização salarial "para o alto". Além disso, a integração demasiado rápida de um território no espaço social da CEE traduzir-se-ia por uma "desintegração" interna

⁹ Pelo "slogan" "a nova fronteira" J. F. Kennedy havia proposto a luta pela criação de um verdadeiro Estado-Providência nos Estados Unidos para suceder à conquista do Oeste. Em nosso livro *Cholsir l'audace*, lançado no começo de 1989, propunhamos combinar a conquista de uma tal "fronteira interior" à Europa do Oeste e a integração da Europa do Leste.

desse território. Esse é o caso ilustrado em toda sua intensidade pela Alemanha Oriental.¹⁰ Tal problema pode ser parcialmente resolvido com a socialização, ao nível europeu, de uma parte do custo salarial (como, por exemplo, o financiamento da seguridade social) e da modernização. As regiões ricas pagariam, então, para as regiões pobres. Mas isso não é suficiente, há necessidade de medidas positivas ou protecionistas, encorajando o desenvolvimento regional endógeno (como se encorajou Portugal e Espanha antes de sua integração na CEE).¹¹

Exclusão externa: quanto mais se integrar o interior da CEE — notadamente pela socialização do financiamento da proteção social —, mais vai crescer o afastamento entre a "orla interna" e a "orla externa do 'limes'". Haverá cada vez mais reticências a estender o nível de proteção social interno às regiões mais pobres e maior tendência a interditar (para proteger as produções das regiões internas pobres) as importações produzidas a baixíssimos custos salariais provenientes do exterior do "limes". Esse risco não pode ser combatido, a não ser reduzindo ao máximo o contraste entre o interior e o exterior e, portanto, projetando para o exterior (inclusive para as fronteiras otomanas, árabes e eslavas) os princípios de solidariedade financeira destinados à periferia interna, aceitando uma certa coordenação (por exemplo, sobre os produtos têxteis e agrícolas) entre os países de interesse preferencial e as zonas de programas integrados do Mediterrâneo, etc. O princípio deve ser o de que os países de vizinhança direta devem ser encorajados a desenvolver em um mesmo sentido sua produtividade, suas normas ecológicas e sociais e seu mercado interior, até que sua evolução econômica torne mutuamente vantajosa sua integração na CEE, se sua evolução cultural a torne desejável para ambos os lados.

Cenário de sonho? Mas há algumas chances. A pressão na CEE dos sindicatos, dos movimentos sociais e da maioria do Parlamento europeu a favor de uma Europa ecológica e social solidária aos outros povos; a resistência dos alemães Orientais ao desmantelamento de seu Estado-Providência; a constituição de uma sociedade civil na Polônia e na Hungria, já reticentes face ao liberalismo econômico de seus governos e às "receitas" do FMI...; a utilidade de mercados orientais sólidos e prósperos face à instabilidade que poderia surgir na União Soviética. Ocorre às vezes na História a vitória da razão. Isso se chama progresso.

Uma outra Europa é possível. Ecológica, social, democrática em suas decisões conjuntas, mas regionalmente diversificada em seus modos de vida, domesticando as forças cegas do mercado por uma base comum de direitos sociais e deveres ecológicos, mobilizando seus recursos financeiros e técnicos para igualar, entre as regiões, o nível de vida de seus cidadãos. Este pode ser o cimento ideológico, o imaginário mobilizador da unificação européia na conquista de uma nova fronteira: nova fronteira a leste e, sobretudo, nova fronteira interior. Nova fronteira de solidariedade também para o Terceiro Mundo.

¹⁰ O problema fica mais agravado pela supressão do Estado-Providência da Alemanha Oriental e, em particular, dos serviços e medidas que beneficiam as mulheres. Curiosamente, se o fim do "comunismo" não se assemelha de nenhuma maneira a uma "contra revolução" antiobreira, ele tem certos aspectos de uma contra-revolução anti-feminista.

¹¹ Uma das proteções possíveis consiste em devolver às nações constitutivas da CEE certos atributos de soberania, de tal forma que haja possibilidade de variar a paridade de suas moedas face ao ECU, de privilegiar os fornecedores locais para as encomendas públicas, etc.

Bibliografia

- BENKO, ed. (1990). **La dynamique spatiale de l'economie contemporaine**. s.l., L'espace Européen/La Garenne Colombes.
- CORIAT, B. (1990). **L'atelier et le robot**. Paris, C. Bourgois.
- CORIAT, B. (1991). **Penser à l'envers**. Paris, C. Bourgois.
- LEBORGNE, D. & LIPIETZ, A. (1990). Avoiding two-tiers europe. **Laboure & Society**, Genebra, ILO, 15(2), apr.
- LEBORGNE, D. & LIPIETZ, A. (1992). Fallacies and open issues of post-fordism. In: SCOTT & STORPER, ed. **Pathways to industrialization and regional development in the 1990's**. Routledge. (Couverture Orange Cepremap, 9103)
- LIPIETZ, A. (1989). **Choisir l'audace**. Paris, La Découverte.
- LIPIETZ, A. (1992). **Choisir l' audace**. s.l., Polity.
- LIPIETZ, A. (1985). **Mirages et miracles**. Paris, La Découverte.
- LIPIETZ, A. (1985). Le national et le regional face a la crise mondiale du capital. In: SEMINÁRIO DE LESBOS. **Anais...**
- LIPIETZ, A. (s.d.). **Les rapports capital travail à l'aube du XXI^{eme} siècle**. (Couverture Orange Cepremap, 9016).
- RUFIN, J. C. (1991). **L'empire et le nouveaux barbares**. Paris, JC. Lattès.